

MARÇO 2019

Diretor:
João Dias da Silva

Jornal
online

Federação Nacional
da Educação



Manifestação encheu o Terreiro do Paço

P.4 À P.12

80 MIL PELA CARREIRA

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | **P.3** - FNE/FESAP EM VIGÍLIA PELA JUSTIÇA SALARIAL E PROGRESSÃO | **P.13** - UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUEAS DISPONÍVEL PARA ACORDO DE PRINCÍPIO NO AUMENTO DAS TABELAS SALARIAIS | **P.14** - ÉVORA E ALANDROAL RECEBERAM A CAMPANHA 'AGIMOS JUNTOS - NAS ESCOLAS TEMOS DE TER PROFISSIONAIS PRESTIGIADOS E VALORIZADOS' | **P.15** - FNE REALIZA CONSULTA NACIONAL SOBRE A OPERACIONALIZAÇÃO DO REGIME DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | **P.16 À P.23** - FNE APOSTA NA MELHORIA DA EDUCAÇÃO EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE | **P.24** - DIA MUNDIAL DO PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO | **P.25** - COMITÉ DO CSEE REÚNE EM BRUXELAS | **P.26** - FNE NO GRUPO CONSULTIVO DE PROJETO EUROPEU | **P.27 À P.29** - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA MARÇO DE 2019 | **P.30 À P.32** - CONCURSO ERA UMA VEZ O 1º DE MAIO | **P.33 À P.35** - CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA KELICAI

Editorial



RESPEITO PELOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

O governo teve a oportunidade de resolver na mesa das negociações a solução para o reconhecimento da totalidade do tempo de serviço congelado aos docentes portugueses. Podia tê-lo feito no final de 2017, no quadro, no desenvolvimento e em respeito pela declaração de compromisso assinada com as organizações sindicais de docentes.

Podia tê-lo feito durante o ano de 2018 para dar execução ao que determinavam a Resolução 1/2018 e a Lei do Orçamento de Estado para 2018.

Podia tê-lo feito já em 2019 para cumprir o que determina a Lei do Orçamento de Estado para 2019.

Sucessivamente e sobranceiramente, o governo desconsiderou o compromisso que assumiu e desconsiderou e incumpriu a Lei.

Perante esta arrogância, e em nome do respeito que é devido aos docentes portugueses, cabe agora à Assembleia da República definir os princípios a que terá de obedecer a recuperação do tempo de serviço congelado, definindo em concreto que o tempo a recuperar e a ter em consideração para o desenvolvimento da carreira destes trabalhadores é de 9 anos, 4 meses e 2 dias; deve especificar que essa recuperação tem de ser faseada até 2025, de uma forma equilibrada; deve integrar a orientação de que uma parte desse tempo possa ser considerado, a pedido do interessado, para antecipar a aposentação, sem penalizações.

Tendo em conta que o governo se recusou até agora a cumprir a lei, uma orientação deste tipo corresponderia a um avanço para que no seu seguimento se possam definir as normas que conduzam à sua operacionalização.

O que não pode acontecer é devolver ao governo a responsabilidade de resolver o problema no mesmo quadro que tem existido até agora.

Também em relação aos trabalhadores não docentes continua a não assumir orientações que os respeitem.

A recente determinação de abertura de concursos para contratação de cerca de 1000 novos Assistentes Operacionais não corresponde, nem às necessidades efetivamente identificadas pelas escolas, nem garante que se possa concretizar já no presente ano letivo, como reconhecidamente se revela urgente.

Para além deste aspeto, o governo continua a incumprir uma Resolução da Assembleia da República que lhe determinava a orientação de promover o estabelecimento das respetivas carreiras especiais.

Desta forma, e pelos mais diversos caminhos, o governo não respeita os profissionais que tutela e deve por isso merecer a nossa sanção.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

fine

FNE/FESAP em vigília pela justiça salarial e progressão



Dirigentes sindicais da Federação Nacional da Educação (FNE) e da Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP) estiveram concentrados numa vigília junto à residência oficial do primeiro-ministro, em S. Bento, Lisboa, onde entregaram uma carta dirigida a António Costa, na qual reforçavam as reivindicações que estiveram na base da convocação da Greve Nacional dos dias 14 e 15 de fevereiro de 2019 e que continuavam por ser atendidas.

A FNE e a FESAP procuraram com esta ação chamar a atenção ao Governo para a necessidade de adoção de políticas concretas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, que reconheçam a sua importância na prestação de serviços públicos de qualidade aos cidadãos, pois é com apreensão que verificam que foram poucos os avanços relativamente às razões que motivaram os trabalhadores a utilizarem a greve como forma de protesto.

Era inaceitável para a FNE e para a FESAP que a negociação coletiva na Administração Pública se mantivesse inerte e com esta carta pretenderam demonstrar a total disponibilidade dos Sindicatos das duas federações para desenvolverem processos negociais com resultados, retirando o protagonismo negocial de sedes que não são as próprias e recolocando-o nos sindicatos enquanto legítimos representantes dos trabalhadores.

As organizações apelaram então ao primeiro-ministro e demais membros do Governo para que, pela via negocial, trabalhem com as organizações sindicais no

sentido da reposição da justiça salarial, do respeito do direito à carreira de todos os trabalhadores, convictos de que é esse o caminho a seguir para cativar e reter a competência na Administração Pública e, assim, promover a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

A FNE quis ainda nesta iniciativa mostrar a preocupação com a situação da generalidade dos trabalhadores da administração pública, reforçando que os trabalhadores não docentes têm sido maltratados e esquecidos pelo Governo, quer em termos salariais, quer nas insuficiências apresentadas nas escolas.



Milhares de professores na rua em protesto, a exigir o cumprimento da lei



Foram cerca de 80 mil os professores e educadores, vindos de todo o país, que estiveram presentes esta tarde na manifestação que encheu a Avenida da Liberdade, em Lisboa, naquele que foi um claro sinal ao Governo da insatisfação e da luta dos docentes portugueses.

Neste protesto, que contou com a presença do Secretário-Geral da UGT, Carlos Silva, juntamente com outros dirigentes da Central Sindical e que desfilou em toda a

manifestação, em solidariedade com todos os educadores e professores portugueses, os docentes multiplicaram a mensagem de que exigem o cumprimento da lei e que os 9 anos, 4 meses e 2 dias de serviço congelados sejam contabilizados na totalidade, além de outras matérias como a situação da aposentação dos docentes, a determinação clara do que é a componente letiva e não letiva, dos horários e da precariedade no setor.

A FNE, através do discurso do seu Secretário-Geral (SG), João Dias da Silva, realizado num Terreiro do Paço cheio, começou por sublinhar que "estamos hoje aqui, porque não abdicamos, estamos aqui porque temos razão, estamos aqui hoje porque não desistimos", acrescentando ainda "estamos hoje e aqui, sim, porque somos intransigentes, mas somos intransigentes na exigência das condições que garantam uma Educação pública de qualidade em Portugal".



Os professores saíram à rua para denunciar a falta de justiça e de respeito, com João Dias da Silva a lembrar que "é preciso que se saiba que este mesmo governo que não nos valoriza cede mais depressa aos alarmes dos banqueiros do que ao reconhecimento dos profissionais que deve respeitar".



Foi ainda reforçado pelo SG da FNE que "não admitimos que os docentes portugueses sejam desprezados. Sim, somos intransigentes, porque não admitimos que este governo se desamarre da responsabilidade que assumiu de iniciar nesta Legislatura a reposição do tempo de serviço congelado aos docentes portugueses. Sim, somos intransigentes, porque, pela nossa parte, e ao longo de todo o tempo destinado à negociação, tomamos iniciativas sucessivas que permitiam responder com sustentabilidade ao compromisso de reconhecer a todos os docentes portugueses o tempo de serviço que esteve

congelado, sem que o governo tivesse dado um passo para cumprir o que a Lei lhe impunha que realizasse".

A fechar o discurso, João Dias da Silva deixou o aviso ao Governo: "Não perdoamos mentiras, não perdoamos hipocrisias, não perdoamos desconsiderações. Os educadores e professores portugueses têm de ser respeitados e prestigiados. Nós cumprimos com empenho e dedicação o que são os nossos deveres. Que os outros não deixem de cumprir as suas responsabilidades. Aqui fica o sinal claro de que os educadores e professores portugueses não deixam ser

desrespeitados e que estão disponíveis para as lutas que forem necessárias para garantir que lhes seja reconhecido o que é de direito e de justiça. E, quanto a isto, não desistimos!".

Nesta manifestação foi ainda estreada a nova música da FNE, com o tema "942 – Só queremos o que é nosso" onde se dá voz à insatisfação e sentimento de injustiça de quem luta pelo que é seu por direito.

Foi ainda aprovada pelos sindicatos, por unanimidade, uma resolução que deixa mais um alerta ao Governo: a possibilidade de, entre outras ações, convocar greve às avaliações a partir de 6 de junho, dependendo a sua confirmação do que resultar da apreciação parlamentar do decreto-lei do governo; Avançar para os tribunais, combatendo, também por essa via, as ultrapassagens de professores com maior antiguidade; Convocar para 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores.







GALERIA DE FOTOS
(facebook)



942

NÃO DESISTIMOS!

Intervenção do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, no encerramento da Manifestação Nacional de Professores



Colegas

Estamos hoje aqui, porque não abdicamos, estamos aqui porque temos razão, estamos aqui hoje porque não desistimos.

Estamos aqui hoje em nome de todos quantos antes de nós e de uma forma consequente lutaram por uma carreira profissional docente em Portugal prestigiada e valorizada.

Estamos hoje aqui em nosso nome e em representação de todos os docentes portugueses que todos os dias trabalham com os seus alunos por um Portugal mais qualificado, mais desenvolvido e mais justo.

Estamos hoje e aqui em nome de todos os que no futuro não nos perdoariam se não tivéssemos feito tudo no nosso tempo, pela dignificação da profissão docente.

É em nome de todos eles, de todos nós, que não desistimos.

É que o que está realmente em causa é que a questão da recuperação do tempo de serviço congelado não é uma questão isolada.

A verdade é que estamos em presença de um conjunto de medidas que não são avulsas, mas que antes obedecem à intenção de destruir o estatuto da carreira docente e por essa via tentam destruir uma perspetiva valorizada da profissão docente.

É esta destruição de uma carreira dignificada que está em causa quando se diminuem ou anulam as perspetivas de carreira a milhares de docentes, porque lhes está a ser negada a possibilidade de, por muito tempo que trabalhem, e por muito empenhados que sejam, nunca acederem a patamares remunera-

tórios que têm de conduzir a uma aposentação digna e que reconheça a responsabilidade que durante a sua vida profissional lhes é exigida.

É a destruição da carreira docente que está em causa quando se proporcionam e fomentam ultrapassagens arbitrárias que envenenam as relações pessoais e profissionais, criando clivagens e conflitos não só desnecessários como injustificados.

É a destruição da carreira que está em causa quando se fazem sobrepor critérios meramente administrativos e que desconsideram a qualidade do desempenho profissional no quadro do desenvolvimento da carreira.

É a destruição da carreira docente que está em causa quando se reduzem ou eliminam direitos, quando se diminuem as condições que deveriam permitir um exercício profissional exigente e de qualidade.

É porque combatemos as tentativas de destruição da carreira docente que não desistimos.

Colegas

Estamos hoje e aqui porque não admitimos que os educadores e professores portugueses não sejam dos mais prestigiados na nossa sociedade, pela formação que lhes é exigida e pela responsabilidade que lhes está atribuída para o desenvolvimento nacional.

Estamos hoje e aqui em nome de todos os educadores e professores portugueses que ainda estão sujeitos a uma precariedade inaceitável que os obriga a percorrer diariamente distâncias enormes ou a estarem longe da família, para poderem trabalhar.

Estamos hoje e aqui em nome de milhares de docentes com quem o Estado rompeu o compromisso de lhes assegurar uma aposentação digna e que respeite o seu tempo de trabalho.

Estamos hoje e aqui porque um governo transitório e cego pela obsessão da economia, se recusa a reconhecer a importância estratégica de promover um corpo docente valorizado e mobilizado.

Estamos hoje e aqui, porque as mentiras sucessivamente propagadas quiseram e querem fazer crer que os educadores e professores portugueses querem privilégios a que outros não acedem.

Estamos aqui hoje para combater toda a desinformação com que tantos têm mentido acerca das reivindicações dos educadores e professores portugueses.

Estamos hoje e aqui para que em todo o lado se ouça e se saiba que os educadores e professores portugueses não podem ser tratados com menos consideração do que os restantes trabalhadores das carreiras gerais da Administração Pública, a quem foi reconhecido o

direito à contagem de todo o tempo de serviço congelado para efeitos de progressão em carreira.

Estamos hoje e aqui porque não desistimos.

Estamos hoje e aqui, sim, porque somos intransigentes, mas somos intransigentes na exigência das condições que garantam uma Educação pública de qualidade em Portugal.

Estamos aqui, sim, porque somos intransigentes na exigência de um estatuto que reconheça a nossa responsabilidade social e que por isso tem de estabelecer normas que valorizem o nosso trabalho e a nossa responsabilidade.

Sim, somos intransigentes, porque exigimos que uma educação pública de qualidade tenha ao seu serviço profissionais valorizados de acordo com as elevadas exigências que a sociedade lhes atribui.

Sim, somos intransigentes, porque não abdicamos de que a educação pública garanta uma formação integral de todos para uma sociedade mais livre, mais justa, mais democrática, mais desenvolvida, o que só é possível com profissionais altamente qualificados e a quem são exigidas elevadas responsabilidades.

Sim, somos intransigentes, porque não admitimos que os docentes portugueses sejam desprezados.

Sim, somos intransigentes, porque não admitimos que este governo se desamarre da responsabilidade que assumiu de iniciar nesta Legislatura a reposição do tempo de serviço congelado aos docentes portugueses.

Sim, somos intransigentes, porque, pela nossa parte, e ao longo de todo o tempo destinado à negociação, tomamos iniciativas sucessivas que permitiam responder com sustentabilidade ao compromisso de reconhecer a todos os docentes

portugueses o tempo de serviço que esteve congelado, sem que o governo tivesse dado um passo para cumprir o que a Lei lhe impunha que realizasse.

Sim, é porque somos intransigentes que não desistimos.

Estamos hoje e aqui, porque é preciso que se saiba que este mesmo governo que não nos valoriza cede mais depressa aos alarmes dos banqueiros do que ao reconhecimento dos profissionais que deve respeitar.

Colegas

Não perdoamos mentiras, não perdoamos hipocrisias, não perdoamos desconsiderações.

Os educadores e professores portugueses têm de ser respeitados e prestigiados.

Nós cumprimos com empenho e dedicação o que são os nossos deveres.

Que os outros não deixem de cumprir as suas responsabilidades.

Aqui fica o sinal claro de que os educadores e professores portugueses não deixam serem desrespeitados e que estão disponíveis para as lutas que forem necessárias para garantir que lhes seja reconhecido o que é de direito e de justiça. E, quanto a isto, não desistimos!

Viva os educadores e professores portugueses.



MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES

RESOLUÇÃO



Os professores e educadores, tal como os restantes trabalhadores, foram extremamente penalizados nos planos laboral e profissional nos últimos 12 anos.

Condições de trabalho a deteriorarem-se, incluindo o que respeita aos horários de trabalho, requisitos para a aposentação agravados, carreiras congeladas, salários reduzidos, precariedade não resolvida são diferentes aspetos de um processo continuado de ataque e desvalorização da profissão docente.

O arrastamento e o agravamento destes problemas resultam da falta de investimento na Educação. Traduzem-se no envelhecimento do corpo docente das escolas, num enorme desgaste bem visível na grande maioria dos profissionais, na desvalorização da carreira e da profissão e na falta de condições de estabilidade que são fundamentais para o exercício da profissão docente, mas que o atual regime de concursos inviabiliza.

Apesar dos compromissos que foi assumindo ao longo do mandato, o

governo não pôs cobro a estes problemas ou, no mínimo, tentou atenuar os seus efeitos.

Hoje temos um corpo docente que é o segundo mais velho da Europa, com mais de metade dos profissionais já acima dos 50 anos; horários de trabalho abusivamente agravados em 1/3; milhares de docentes com vínculos precários a satisfazer necessidades permanentes das escolas; uma carreira desfigurada por eliminação de anos de serviço cumpridos pelos professores, ultrapassagens de docentes com maior antiguidade por outros de

menor, ou retenções plurianuais em escalões cuja progressão depende da existência de vaga.

Os professores e educadores consideram inadmissível o apagão de tempo de serviço. Repudiam firmemente o roubo, não esquecendo a provocação de, na véspera do Dia Mundial do Professor, o governo ter aprovado, pela primeira vez, o decreto-lei que apaga tempo de serviço cumprido.

Os professores e educadores presentes na Manifestação acusam o governo de ter desrespeitado a sua vida profissional, procurando eliminar uma significativa parte dela. Acusam, também, de ter discriminado os professores em relação a outros trabalhadores e a quem exerce funções docentes no continente, relativamente a quem o faz nas regiões autónomas.

Assinalam, ainda, que o governo, por dois anos consecutivos, violou a Lei do Orçamento do Estado, desrespeitando a Assembleia da República e as mais elementares normas do Estado de direito democrático.



Os docentes acreditam que essas declarações darão lugar a uma solução de consenso capaz de mobilizar em torno de si os partidos políticos que, respeitando os professores, rejeitam apagar tempo de serviço que estes cumpriram.

Face à situação criada, que resulta de políticas de falta de investimento na Educação e se reflete na sua vida, os professores e educadores presentes na Manifestação Nacional realizada em 23 de março de 2019, em Lisboa:

- Reiteram a sua determinação na recuperação de todo o tempo de serviço cumprido (9 anos, 4 meses e 2 dias), defendendo que a mesma deve ter lugar até 2025, tal como foi estabelecido na Região Autónoma da Madeira e considerando que os efeitos, para além de incidirem na carreira (no posicionamento e/ou na dispensa de vaga), possam, por opção do docente, refletir-se na aposentação;

- Condenam a reiterada decisão do governo de eliminar mais de 6,5 anos de tempo de serviço cumprido;

- Denunciam a tentativa de destruição da carreira docente através de medidas como: a eliminação de mais de 6,5 anos de serviço; a perda de 4 anos, em média, nas transições entre diferentes estruturas de carreira em 2007 e 2009; as perdas de anos em que os docentes são obrigados a esperar por vagas para progredir aos 5.º e 7.º escalões; as ultrapassagens que resultam do processo de reposicionamento; as ultrapassagens que resultariam do regime de contabilização de apenas

2 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, caso o decreto-lei não seja profundamente alterado pela Assembleia da República;

- Esperam da Assembleia da República a reposição da justiça, a eliminação da discriminação e o retorno à normalidade legal e democrática, através da alteração do Decreto-Lei n.º 36/2019, ficando, pela via da apreciação parlamentar, consagrada a recuperação de todo o tempo cumprido nos períodos de congelamento;

- Apelam a CDS-PP, PSD, PCP, BE, PEV e PAN para que convirjam numa solução concreta que seja justa, exequível e sustentável, não remetendo para novas negociações com futuros governos, o que corresponderia a continuar a adiar a resolução deste problema;

- Apelam ao PS para que seja coerente com o que aprovou em dezembro de 2017, quando recomendou ao governo a recuperação de todo o tempo de serviço, e com a posição que assumiu na Madeira e nos Açores onde, respetivamente, é oposição e governo;

- Reclamam a tomada de outras medidas que possam, a curto e a médio prazo, travar o envelhecimento da profissão docente e rejuvenescê-la, sem que tal se traduza num aumento ainda maior dos níveis de precariedade, e exigem a regularização dos horários, eliminando abusos e ilegalidades e garantindo o respeito pelas 35 horas semanais de trabalho.

Para garantir o que antes se reclama, os professores e educadores presentes decidem desenvolver as seguintes ações:

- 1) Acompanhar na Assembleia da República, no próximo dia 16 de abril, a apreciação parlamentar do decreto-lei do governo que apaga mais de 6,5 anos de tempo de serviço cumprido;

- 2) Prever, desde já, a possibilidade de, entre outras ações, convocar greve às avaliações a partir de 6 de junho, dependendo a sua confirmação do que resultar da apreciação parlamentar do decreto-lei do governo;

- 3) Avançar para os tribunais, combatendo, também por essa via, as ultrapassagens de professores com maior antiguidade, seja qual for a origem delas, constituindo também, dessa forma, uma necessária frente de luta;

- 4) Convocar para 5 de outubro, Dia Mundial do Professor, uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores, dando início às iniciativas que irão assinalar os 30 anos do Estatuto da Carreira Docente e, nesse âmbito, lutar pela (re)valorização da profissão docente e a melhoria das condições de trabalho e de vida dos professores com medidas que incidam na aposentação, nos horários de trabalho e na criação de condições de estabilidade de emprego e profissional.

Lisboa, 23 de março de 2019



FNE estreia música "942 - Só queremos o que é nosso" na Manifestação Nacional de Professores, em Lisboa

música 942



LETRA

HÁ UM FRIO QUE CONGELA A VOCAÇÃO
HÁ UM FRIO QUE MATA A COMPREENSÃO

TENHO SONHOS, LEVO SONHOS A TODO O PAÍS
É A MINHA MISSÃO, NÃO LHE QUEIEMEM A RAÍZ

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

SOU DE PERTO OU VOU PARA LONGE PARA ENSINAR
LEVO CONHECIMENTO A TANTO LUGAR

PERCO A VOZ NAS AULAS DE ALMA E CORAÇÃO
NÃO DESISTO DESTA LUTA PELA EDUCAÇÃO

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

HÁ UM FRIO QUE CONGELA A VOCAÇÃO
HÁ UM FRIO QUE MATA A COMPREENSÃO

SÃO 9 ANOS 4 MESES E 2 DIAS
SE FOSSE TEU O QUE FARIAS? SE FOSSE TEU...

**942 ... SEM RETROATIVOS, SÓ QUERO O QUE É MEU
942... O QUE FARIAS SE FOSSE TEU ?**

LETRA: ANA CUNHA e RUI DAVID | MÚSICA: RUI DAVID

www.fne.pt

A FNE estreou durante a Manifestação Nacional de Professores, em Lisboa, a 23 de março, a música "942- Só queremos o que é nosso" onde foram distribuídos 2000 panfletos com a letra que foi cantada em todo o desfile.

Música "942 - Só queremos o que é nosso" | Letra

Há um frio que congela a vocação
Há um frio que mata a compreensão

Tenho sonhos, levo sonhos a todo o país
É a minha missão, não lhe queiemem a raiz

942...sem retroativos, só quero o que é meu
942...o que farias se fosse teu?

Sou de perto ou vou para longe para ensinar
Levo conhecimento a tanto lugar

Perco a voz nas aulas de alma e coração
Não desisto desta luta pela educação

942...sem retroativos, só quero o que é meu
942...o que farias se fosse teu?

Há um frio que congela a vocação
Há um frio que mata a compreensão

São 9 anos, 4 meses e 2 dias
Se fosse tu o que farias? Se fosse teu...

942...sem retroativos, só quero o que é meu
942...o que farias se fosse teu?

**Letra: Ana Cunha e Rui David
Música: Rui David
Voz: Paulo Gomes**



[clique aqui para ver o vídeoclip '942'](#)



União das Misericórdias Portuguesas disponível para acordo de princípio no aumento das tabelas salariais

Uma delegação da FNE, composta pelos Vice-Secretários-Gerais Lucinda Manuela Dâmaso, José Ricardo Nunes e pela Secretária Nacional Cristina Ferreira, reuniu com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP).

Neste encontro, foi debatida uma proposta apresentada pela FNE e saldou-se por um resultado positivo, pois a UMP mostrou-se disponível para um acordo de princípio que assente numa margem de aumento das tabelas salariais para todos os trabalhadores em função do que for o acordo de cooperação a celebrar com o Governo, cujas negociações ainda não tiveram início, acordo este que irá vigorar por dois anos, ou seja entre 2019 e 2021.

Os acordos de anos anteriores, nomeadamente o do biénio que terminou em 2018, não permitiram suficiente margem de manobra para acertos salariais das tabelas. O que a FNE propôs, em função do que for o acordo de cooperação para os próximos dois anos, foi que acima desse valor possa existir uma margem para se repercutir nos salários e tabelas dos trabalhadores.

A FNE considerou que a UMP ficou sensibilizada com a proposta que seria materializada nos próximos dias, sendo que não deveria estar longe um acordo de princípio assente neste pressuposto: existir um aumento de acordo com aquilo que for estabelecido no próximo acordo de cooperação entre Governo e Misericórdias do país.



Évora e Alandroal receberam a campanha 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados'



A campanha 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados', passou pelo Alentejo e contou com a participação do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, da Presidente do SDPSul (Sindicato Democrático dos Professores do Sul), Josefa Lopes, do Vice-Presidente do SDPSul, Paulo Fernandes, da Presidente do STAAESRA (Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas), Cristina Ferreira e de Dina Cristo, da Comissão Executiva/Direção do STAAESRA.

Évora recebeu a primeira ação do dia com uma reunião de trabalho com o Diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, Professor Alexandre Pires, que serviu para análise das condições de funcionamento da escola, situações dos docentes e não docentes, ofertas proporcionadas aos alunos e o projeto educativo da escola.

Em seguida realizou-se no auditório da escola um plenário com quase uma centena de

professores em que se debateu a questão da recuperação total do tempo de serviço congelado, da intransigência do governo, das propostas sindicais e da expectativa relativamente à proposta parlamentar que acontecerá dia 16 de abril, na Assembleia da República, para além de outras questões suscitadas pelos participantes sobre a valorização da profissão docente.

A manhã terminou com uma visita ao espaço escolar durante a qual o SG da FNE, João Dias da Silva, se inteirou das condições de trabalho e tomou contacto com Docentes e Não Docentes.

A delegação da FNE visitou de tarde o Agrupamento de Escolas do Alandroal, numa ação que contou com a presença do Presidente da Câmara do Alandroal, Dr. João Maria Aranha Grilo e do Diretor do Agrupamento, o Professor Tomé Laranjinho.

As questões da descentralização, da transferência de poderes para as autarquias, de medidas implementadas para a promoção do sucesso escolar e questões genéricas sobre o sistema educativo em geral, foram alguns dos temas que estiveram em cima da mesa e que permitiram à FNE perceber melhor alguns dos problemas da comunidade educativa local.

O primeiro dia desta campanha terminou com a FNE a ser recebida pelo Presidente da Câmara do Alandroal para uma sessão de trabalho e de balanço sobre a situação escolar no Concelho.



FNE realiza Consulta Nacional sobre a operacionalização do regime da Educação Inclusiva

A FNE iniciou a 25 de março uma Consulta Nacional a Educadores de Infância, Docentes, Professores Titulares de Turma, Diretores de Turma e Docentes de Educação Especial, relativa ao diploma que estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva (Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de julho), que tem produção de efeitos a partir do presente ano escolar de 2018-2019, e isto devido à controvérsia que este tem gerado nas escolas, nesta primeira fase da sua aplicação.

A consulta sobre educação inclusiva, com base num questionário, está disponível online desde o dia 25 de março. Para além disso, a FNE está a lançar um conjunto de entrevistas a direções de escola sobre esta mesma matéria.

Devido às muitas dúvidas levantadas pelos professores e educadores neste tema, e face ao facto de as medidas previstas neste diploma serem alvo de múltiplas leituras e formas de implementação, consoante as interpretações, tem-se gerado grande heterogeneidade de processos, que podem colocar em causa a aplicação do diploma, assim como os próprios princípios de Equidade e Inclusão, para que o mesmo aponte.

Esta Consulta Nacional vai permitir uma reflexão responsável sobre a implementação deste diploma junto dos principais agentes educativos envolvidos no processo, assim como a elaboração, com quem está no terreno, de propostas fundamentadas para a sua



melhoria e aplicação, capazes de vir a enriquecer um percurso pedagógico-didático, que a FNE deseja verdadeiramente inclusivo.

É neste sentido que se convidam todos os Docentes a participação ativa, no preenchimento online e na participação nas entrevistas que iremos realizar junto das direções das escolas.

Os resultados serão posteriormente devidamente analisados pela FNE e servirão de fundamentação a uma proposta de alteração do referido decreto-lei.

FNE aposta na melhoria da Educação em São Tomé e Príncipe

A FNE participou a convite do Secretário-Geral do Sindicato dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe (SINPRESTEP), Gastão Ferreira, nas Jornadas Sindicais e no Seminário de Capacitação para os Delegados Sindicais do SINPRESTEP, que teve lugar no Arquivo Histórico de S. Tomé, entre os dias 13 e 15 de março de 2019, sobre o tema: “SINPRESTEP, na luta pela convergência da classe e por uma educação de qualidade, em busca de melhores condições sócio-económicas”.

Os trabalhos tiveram início no dia 13 de março de 2019. A sessão de abertura contou com as intervenções do secretário-Geral do Sinprestep - Gastão Ferreira; do Vice-secretário-Geral da FNE - Pedro Barreiros; do Secretário-Geral da UGT-STP - Costa Carlos e do Secretário Coordenador da CPLP-SE - José Augusto Cardoso.



Foto: Sala de formação – Arquivo histórico de S. Tomé e Príncipe

No primeiro dia de formação, destinado aos líderes sindicais (delegados distritais e dirigentes do Sinprestep), sobre o tema “SINPRESTEP, na luta pela convergência da classe e por uma educação de qualidade, em busca de melhores condições sócio-económicas”, entrevistaram o Secretário Coordenador da CPLP-SE e o Vice-secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, abor-

dando no período da manhã o tema “História do movimento sindical” e de tarde o “Sindicalismo no mundo contemporâneo”. Cada um dos momentos contou com uma elevada participação dos formandos e debates considerados por todos como de elevada importância.



Foto: Arquivo histórico de S. Tomé e Príncipe

O Programa de Formação integrou no segundo dia, outros dois temas, a saber: “Sindicatos de Professores: estrutura e organização” e a “Análise sociopolítica em Educação e o contexto Político e Laboral”.



O segundo dia terminou com uma reunião de trabalho, com a Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues, onde foi possível dar conta do trabalho de formação e solidariedade sindical que a CPLP-SE e as suas organizações sindicais de Portugal, onde se inclui a FNE, pretendem continuar a realizar, ao nível da formação de dirigentes sindicais,

formação contínua de Professores e apoio pedagógico. Foi também informado que a FNE iria durante a estadia em S. Tomé e Príncipe, visitar algumas escolas, no sentido de verificar as principais necessidades dos que aí trabalham e fazer a entrega de um Kit de material escolar aos alunos.



Foto: Vice secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros e Secretário-Coordenador da CPLP-SE, José Augusto



Foto: Reunião com a Ministra da Educação e Ensino Superior, Julieta Izidro Rodrigues

No último dia de formação abordaram-se os temas “Trabalho, Educação, Direitos Humanos e a Importância do Estatuto da Carreira Docente” e ainda “Vantagens e Desvantagens das novas tecnologias no ensino/aprendizagem”.



As Jornadas Sindicais e o Seminário de Capacitação para os Delegados Sindicais, terminaram com os discursos de Encerramento proferidos pelo Secretário-Geral do Sinprestep, Gastão Ferreira, pelo Secretário Coordenador da CPLP-SE, José Augusto Cardoso, pelo representante do Ministério da Educação e

Ensino Superior, Dr. José Viegas e pelo Vice-secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros, que se dirigiu aos Dirigentes e Delegados sindicais com palavras de incentivo para o trabalho que têm pela frente, em representação e defesa dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe, que todos os dias dão o seu melhor em prol de uma educação de qualidade. Reforçou ainda a análise feita ao longo dos três dias de formação em que se assumiu o papel do Professor como sendo o principal agente da mudança e construtor do futuro, bem como a enorme responsabilidade e exigência que importa saber e conseguir assumir, quer no exercício da profissão, quer no trabalho sindical que diariamente deve ser realizado. Terminou a sua intervenção considerando que a aposta dos governos na educação e nos seus profissionais é o caminho mais rápido para atingir o desenvolvimento cultural, social, económico e educacional de qualquer país e desejou votos de muito sucesso a todos os envolvidos nesta árdua tarefa.



No dia 16 de março, realizou-se uma reunião com dirigentes do Secretariado Nacional do SINPRESTEP, seguida de um jantar de confraternização.

Visita a escolas e entrega de material escolar a alunos

O dia 18 de março, foi inteiramente dedicado a visitar várias escolas, desde jardins de infância a escolas do ensino básico e secundário de alguns Distritos. Estas visitas serviram para conhecer a realidade e condi-

ções de trabalho dos Educadores e Professores e ainda para fazer a entrega de um Kit de material escolar, composto por uma régua, afia, lápis, borracha, caneta e caderno de linhas.



Foto: Sala de aula – 8º ano da Escola Secundária Sebastião dos Anjos do Rosário (Sum Mé Xinhô)



Foto: Escola Básica de Riboque Santana



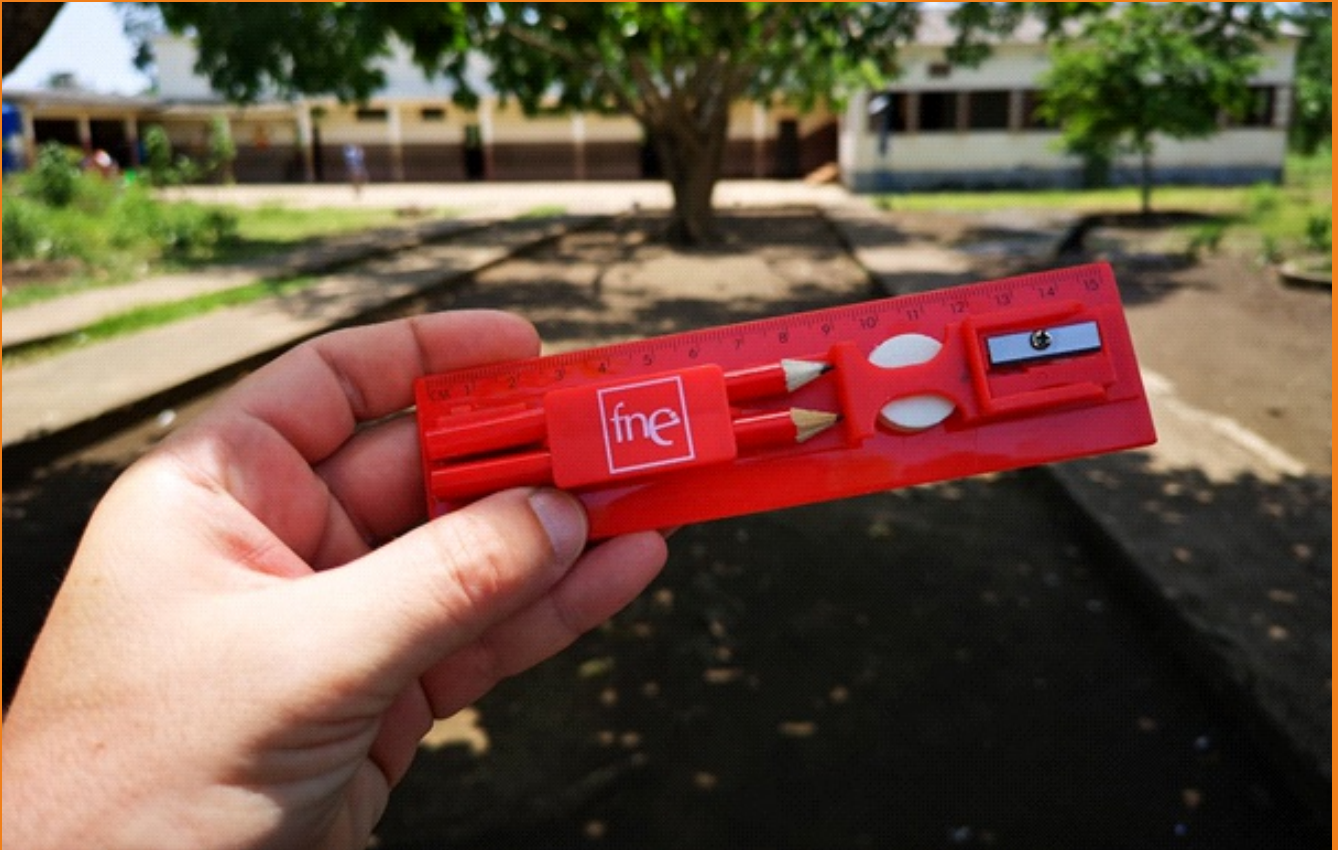


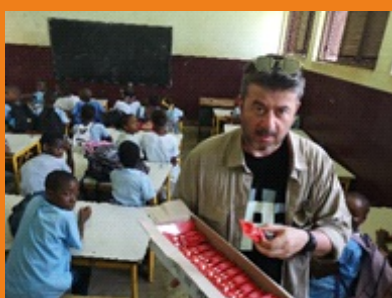
Foto: Jardim de infância de Morro de Peixe



Foto: Escola Básica Morro de Peixe



Foto: Entrega de Kit FNE (material escolar) aos alunos da Escola Básica de São João em São Tomé



Reunião na Embaixada de Portugal em S. Tomé e Príncipe

Em 19 de março, dia do regresso a Portugal, teve ainda lugar a realização de uma reunião na Embaixada de Portugal em São Tomé e Príncipe com o Adido para a Cooperação, António Machado, em representação do Sr. Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, onde foi dado a conhecer o trabalho que tem vindo a ser realizado pela CPLP-SE em S. Tomé e

Príncipe, e confirmada a disponibilidade e interesse de estabelecer parcerias institucionais para a realização de eventos futuros, nomeadamente a disponibilização de equipamentos e instalações para a realização de uma conferência a ter lugar no início de 2020, por ocasião das comemorações do Dia Nacional do Professor de São Tomé e Príncipe.



Foto: Embaixada de Portugal em São Tome e Príncipe



Foto: Membros da Embaixada com dirigentes da CPLP-SE

Na hora da despedida... assinatura de protocolo entre a FNE e o SINPRESTEP

Antes do regresso a Portugal, ainda houve tempo para a celebração de um protocolo de colaboração, entre a FNE e o SINPRESTEP, que pretende atualizar e reforçar o que fora assinado entre as partes no dia 30 de abril de 2001, agilizando a troca mútua de informações sobre a evolução da legislação laboral, dos sistemas educativos e de outras matérias consideradas relevantes pelas duas organizações. Neste âmbito consideram-se importantes as questões relativas à organização e desenvolvimento do sistema educativo, documentos provenientes da I.E, UNESCO e OIT, bem como de legislação nacional. A troca de informações sobre a carreira docente, acompanhamento da sua evolução e eventuais alterações.



Foto: Celebração de protocolo entre a FNE e o Sinprestep

A realização de eventos conjuntos, designadamente seminários ou outros, sobre matérias que sejam consideradas relevantes e importantes, ainda no âmbito da formação, a preparação e implementação de um sistema de formação – com recursos a metodologias de ensino à distância – que vise completar ou elevar as habilitações dos professores e a conceção, pela FNE, de módulos de formação sindical e sua implementação através de metodologias de ensino à distância.



Foto: Entrega de lembrança à FNE, pelo Secretário-Geral do Sinprestep

O Secretário-Geral do Sinprestep, Gastão Ferreira, agradeceu a nossa presença, apoio e trabalho, com a entrega de uma lembrança alusiva ao envolvimento da FNE no desenvolvimento do movimento sindical da educação em S. Tomé e Príncipe.

Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo



No dia 16 de maio de 2019 irá decorrer em Portugal, no auditório da Escola Secundária José Saramago, em Mafra, a comemoração do II Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, esperando que com este evento se deixo a denominação, apesar de ainda ser oficial, de Pessoal Não Docente, utilizada na Administração Pública Portuguesa.

A vinda a Portugal da Vice-Secretária-Geral da Internacional da Educação, Haldis Holst, e a participação neste evento dos dirigentes da UGT, e especialmente do Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, significa um reconhecimento do papel que estes trabalhadores da educação desempenham nas



**FUNCIONÁRIOS
DE
ESCOLA
TAMBÉM EDUCAM**

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Escolas, bem como a denominação que lhe é reconhecida internacionalmente de “Pessoal de Apoio Educativo”.

Chegou portanto o momento da FNE virar a página, no que concerne à denominação de Pessoal Não Docente, com o início das negociações com o Governo para a criação das Carreiras Especiais aprovadas em resolução pelo Parlamento Português, bem como a adoção oficial da nova denominação de pessoal não docente para Pessoal de Apoio Educativo.

João Ramalho
Presidente do STAAE Zona Centro



STAAE
ZONA CENTRO



Comité do CSEE reúne em Bruxelas

Nos dias 11 e 12 de março de 2019, reuniu em Bruxelas, em reunião ordinária, o Comité do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) para debater e deliberar os assuntos relacionados com as atividades e ações desta organização. O CSEE representa todos os professores da zona europeia na Internacional da Educação (IE) e é o órgão que desenvolve o Diálogo Social com a União Europeia e as associações de empregadores europeus, sendo que Portugal está representado pela FNE, no atual mandato, por Alexandre Dias.

Durante a reunião foi dado conhecimento da atividade dos vários grupos de trabalho: Ensino Superior, Comissão de Mulheres, Comité da Igualdade, tendo sido apresentados os respetivos relatórios. O grupo do ensino superior (HERSC) continuou a apresentar um quadro negro e uma forte precarização no setor, quer pela baixa de salários quer pela perda de financiamento. Por outro lado, apontaram-se as fragilidades do setor e as dificuldades relacionadas com a criação de uma Área Europeia da Educação, na validação de competências e no reconhecimento de graus de ensino.

Sublinharam-se os valores fundamentais na área europeia da educação, da liberdade académica, da autonomia institucional, bem como a resolução sobre liberdade académica. Debateu-se a campa-

inha da Confederação Europeia de Sindicatos para as eleições europeias e apresentaram-se as reivindicações do CSEE para o Futuro da Educação na Europa. A campanha pretende sublinhar a necessidade de defender os direitos sociais e demonstrar o papel e o contributo dos sindicatos para a negociação coletiva, promovendo os direitos individuais, os valores humanos e a autonomia profissional.

Está ainda em discussão o novo programa Erasmus 2021-2027 que duplicará o seu orçamento face à edição anterior e que prevê um conjunto de novas ações, com o objetivo de reforçar o espaço europeu (catorze biliões de euros). O CSEE considera que a aposta massiva em literacia digital e competências digitais, apesar de prioritária, não pode monopolizar o investimento europeu em educação.

O Diálogo Social foi outro dos temas a merecer especial atenção. Foi preparado um programa que pretende preparar as eleições europeias, motivando os professores a defender os valores da Europa e da Democracia. Foi apresentada uma declaração que aponta para a necessidade de investimento na atividade da profissão docente: *"Towards a Framework of Action on the attractiveness of the teaching profession"*. Foi ainda apresentado o calendário para os próximos meses, enfatizando o enorme

investimento do CSEE em formações e projetos a serem desenvolvidos em conjunto com as organizações sindicais nacionais.

David Edwards, candidato a Secretário-Geral da IE, teve a possibilidade de apresentar alguns dos objetivos para o seu mandato, afirmando que os sindicatos têm de assumir a liderança dos processos educativos e negociais e que devem ser eles a propor novas ações sindicais para as políticas educativas, que potenciem a qualidade do ensino. Informou ainda que os temas a debater no próximo Congresso de Bangkok de julho deste ano versarão temas relacionados com a democracia, a profissão docente e a educação para todos. Outros temas a tratar no Congresso prendem-se com a liderança, os objetivos para o desenvolvimento sustentável, a privatização e a comercialização, os materiais de aprendizagem e formação, o papel das novas tecnologias e a discriminação.

Alexandre Dias



FNE no Grupo Consultivo de projeto europeu

A FNE marcou presença na primeira reunião do Grupo Consultivo (GC) do projeto MBO Raad (empregador holandês), EFEE (Federação Europeia dos Empregadores da Educação) e CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação), no âmbito do Diálogo Social, Ensino e Formação Profissional (EFP) e Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), de nome “ALV para Todos: Parceiros Sociais na Educação, promovendo um EFP de qualidade e inclusivo, para melhorar a aprendizagem ao longo da vida para todos”, que decorreu em 21 de fevereiro de 2019, em Woerden, na Holanda.

O coordenador e líder deste projeto é a organização MBO Raad, em parceria com duas organizações sindicais filiadas no CSEE (FNE e OAJ, da Finlândia) e sete organizações filiadas na EFEE, oriundas da Alemanha, Eslovénia, Finlândia, Holanda, Irlanda, Portugal (ANESPO) e Roménia.

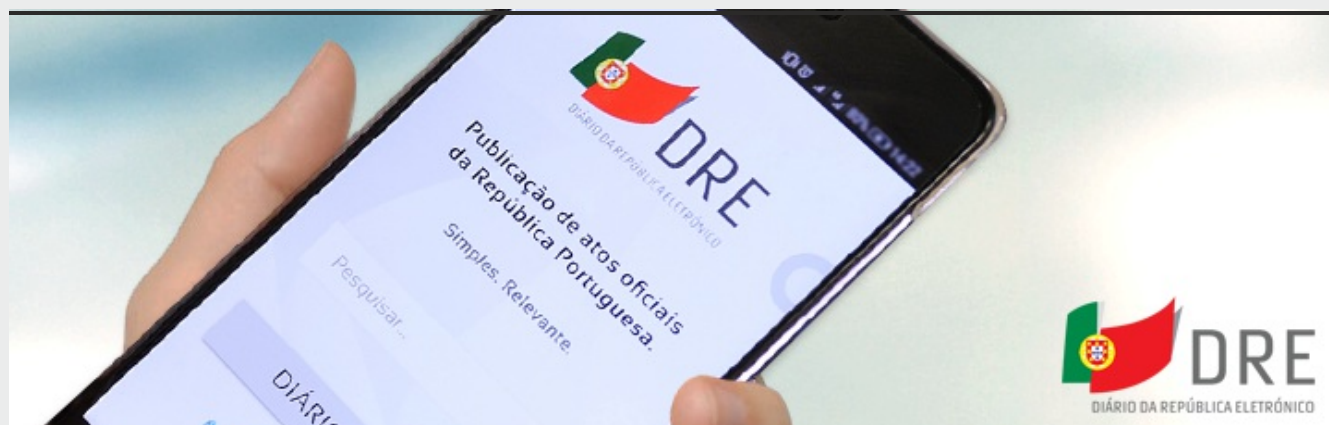
O projeto compreende quatro reuniões do GC (incluindo esta em Woerden), cinco Seminários de Pares, com 50% de participantes da EFEE e 50% do CSEE e, como é usual, uma Conferência Final em Bruxelas conforme o seguinte calendário, que poderá ainda vir a ter alguma alteração:



O projeto tem a duração de dois anos e tem como principais objetivos melhorar a atratividade e qualidade do EFP, oportunidades para oferta e visibilidade do EFP como provedor de aprendizagem ao longo da vida, reforçar o EFP, a formação de redes e aprendizagem mútua entre prestadores de EFP e partilhar e divulgar boas práticas entre os países europeus. O projeto poderá vir a incluir um filme e terminará com uma lista de recomendações. O representante da FNE neste projeto é Joaquim Santos. Todos os custos inerentes à participação da FNE neste projeto são reembolsados.

Seminários de Pares	Reuniões do Grupo Consultivo
	21 Fevereiro 2019 : Woerden, Holanda
Haia, Holanda: 6 e 7 de junho 2019	
Eslovénia: 5 e 6 de novembro 2019	4 novembro 2019: Eslovénia
Viana do Castelo: 17 e 18 de fevereiro 2020 (Organização: ANESPO com FNE)	
Alemanha: 26 e 27 maio 2020	25 maio 2020: Alemanha
Finlândia: 24 e 25 de setembro 2020	
Conferência Final: Bruxelas: 8 dezembro 2020	7 novembro 2020: Bruxelas

Diplomas publicados em Diário da República março de 2019



[Despacho nº 2058/2019](#)

[DR nº 42/2019,](#)

[Série II de 2019-02-28](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Altera a composição do Conselho Científico do IAVE-Instituto de Avaliação Educativa, I. P., e procede à designação de novos membros que passam a integrar este Órgão.

[Despacho nº 2082-A/2019](#)

[DR nº 42/2019, 2º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-02-28](#)

Finanças e Educação - Gabinetes do Ministro das Finanças e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação

Fixa para o ano de 2019 o número de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

[Declaração de Retificação](#)

[nº 6/2019 - DR nº 43/2019,](#)

[Série I de 2019-03-01](#)

Assembleia da República

Declaração de retificação à Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2019.

[Decreto-Lei nº 31/2019](#)

[DR nº 43/2019,](#)

[Série I de 2019-03-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera a orgânica do XXI Governo Constitucional.

[Despacho nº 2101/2019](#)

[DR nº 43/2019,](#)

[Série II de 2019-03-01](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do Reitor da Universidade de Coimbra.

[Despacho \(extrato\) nº 2103/2019 -](#)

[DR nº 43/2019,](#)

[Série II de 2019-03-01](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, para a realização do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado nas categorias de assistente operacional e assistente técnico.

[Despacho \(extrato\) nº 2104/2019 -](#)

[DR nº 43/2019,](#)

[Série II de 2019-03-01](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Delegação de competências nos diretores dos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e nos presidentes das comissões administrativas provisórias, para a realização dos procedimentos concursais comuns restritos a candidatos abrangidos pelo programa de regularização extraordinária dos vínculos precários

na Administração Pública (PREVPAP) nas categorias de assistente operacional e assistente técnico.

[Resolução do Conselho de](#)

[Ministros nº 49/2019](#)

[DR nº 44/2019,](#)

[Série I de 2019-03-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o Regimento do Conselho de Ministros do XXI Governo Constitucional.

[Portaria nº 72-C/2019](#)

[DR nº 45/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-03-05](#)

Finanças e Educação

Dotação de vagas do concurso externo para os quadros de zona pedagógica e concurso externo do ensino artístico especializado da música e da dança a ocorrer em 2019.

[Aviso nº 3570-A/2019](#)

[DR nº 46/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-03-06](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar

Concurso de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2019-2020, nos termos do previsto e regulado pelo Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, na última redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 28/2017, de 15 de março, com a alteração prevista no artigo 315.º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro.

[Resolução da AR nº 36/2019](#)
[DR nº 48/2019,](#)
[Série I de 2019-03-08](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que proceda à reorganização dos ciclos de estudo no ensino básico e no ensino secundário.

[Despacho nº 2387-A/2019](#)
[DR nº 48/2019, 2º Suplemento,](#)
[Série II de 2019-03-08](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Sistematiza as competências, procedimentos e metodologia a observar no processo de planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes no ano letivo de 2019-2020.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2019 - DR nº 50/2019,](#)
[Série I de 2019-03-12](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Designa a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Juventude em Ação como responsável pela gestão em Portugal do Corpo Europeu de Solidariedade.

[Deliberação nº 266-A/2019](#)
[DR nº -50/2019, 2º Suplemento,](#)
[Série II de 2019-03-12](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Fixa os pré-requisitos para a candidatura ao ensino superior de 2019-2020.

[Despacho n.º 2553/2019](#)
[DR nº 51/2019,](#)

[Série II de 2019-03-13](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Nomeação de um membro para o conselho de curadores da Fundação Universidade do Porto.

[Despacho nº 2563/2019](#)
[DR nº 51/2019,](#)
[Série II de 2019-03-13](#)

Educação - Direção-Geral da Educação

Designação, em regime de substituição, do licenciado Luís Filipe Duque Lucas de Almeida, para exercer o

cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços do Júri Nacional de Exames.

[Decreto-Lei nº 36/2019](#)
[DR nº 53/2019,](#)
[Série I de 2019-03-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Mitiga os efeitos do congelamento ocorrido entre 2011 e 2017 na carreira docente.

[Despacho nº 2757/2019](#)
[DR nº 53/2019,](#)
[Série II de 2019-03-15](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Designa o fiscal único do Instituto Politécnico de Lisboa.

[Despacho nº 2786/2019](#)
[DR nº 53/2019,](#)
[Série II de 2019-03-15](#)

Educação - Gabinete do Ministro
Subdelega, com faculdade de subdelegação, na Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Prof.ª Doutora Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão, a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2018, de 21 de dezembro. [Autoriza a despesa relativa à aquisição de serviços de interligação entre redes lógicas e de comunicações de dados para as escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico público e organismos do Ministério da Educação.]

[Aviso nº 4459/2019 - DR nº 54/2019,](#)
[Série II de 2019-03-18](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Torna pública a data de encerramento das atividades letivas do Instituto Superior Bissaya Barreto.

[Aviso nº 4460/2019 - DR nº 54/2019,](#)
[Série II de 2019-03-18](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior

Torna pública a homologação do encerramento do Instituto Superior de Gestão Bancária e das medidas de salvaguarda adotadas.

[Despacho nº 2936/2019](#)
[DR nº 55/2019,](#)
[Série II de 2019-03-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Delega competências no Secretário-Geral da Educação e Ciência.

[Deliberação nº 303/2019](#)
[DR nº 55/2019,](#)
[Série II de 2019-03-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Estabelece a correspondência entre os exames nacionais do ensino secundário e as provas de ingresso na candidatura ao ensino superior de 2019-2020.

[Resolução da AR nº 40/2019](#)
[DR nº 56/2019,](#)
[Série I de 2019-03-20](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres.

[Declaração de Retificação nº 257/2019 - DR nº 56/2019,](#)
[Série II de 2019-03-20](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Retifica a deliberação da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior nº 586/2018, de 11 de maio, relativa à candidatura ao ensino superior português de estudantes titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro - 2019-2020.

[Despacho nº 3113/2019](#)
[DR nº 57/2019,](#)
[Série II de 2019-03-21](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro

Homologa a eleição do presidente do Instituto Politécnico de Tomar.



[Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2019 - DR nº 58/2019,](#)
[Série I de 2019-03-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à terceira edição do Orçamento Participativo Jovem Portugal, no ano de 2019.

[Declaração de Retificação nº 10/2019 - DR nº 59/2019,](#)
[Série I de 2019-03-25](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretária-Geral
Retifica o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, da Educação, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, publicado no DR nº 21, 1.ª série, de 30 de janeiro de 2019.

[Despacho nº 3254/2019](#)
[DR nº 59/2019,](#)
[Série II de 2019-03-25](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
Redefinição de competências da Divisão de Apoio e Modernização Tecnológica das Escolas (DAMTE), afetação a esta unidade orgânica da Equipa para a Convergência dos Sistemas de Informação de Dados Administrativos das Escolas (ECSIDAE), e designação da licenciada Idalina Alves Lopes como chefe de Equipa Multidisciplinar da ECSIDAE.

[Resolução da AR nº 45/2019](#)
[DR nº 61/2019,](#)
[Série I de 2019-03-27](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a criação de uma tabela nacional de taxas e emolumentos nas instituições de ensino superior público.

[Resolução da AR nº 46/2019](#)
[DR nº 61/2019,](#)
[Série I de 2019-03-27](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a criação de um plano de emergência para o alojamento estudantil nas pousadas de juventude.

[Resolução da AR nº 47/2019](#)
[DR nº 61/2019,](#)
[Série I de 2019-03-27](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a determinação de uma data limite para a transferência do primeiro montante referente a bolsas de estudo para estudantes do ensino superior.

[Lei nº 26/2019 - DR nº 62/2019,](#)
[Série I de 2019-03-28](#)

Assembleia da República
Regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 60/2019 - DR nº 62/2019,](#)
[Série I de 2019-03-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Programa Regressar [programa estratégico de apoio ao regresso para Portugal de trabalhadores que tenham emigrado, ou seus descendentes]

[Portaria nº 94/2019](#)
[DR nº 62/2019,](#)
[Série I de 2019-03-28](#)

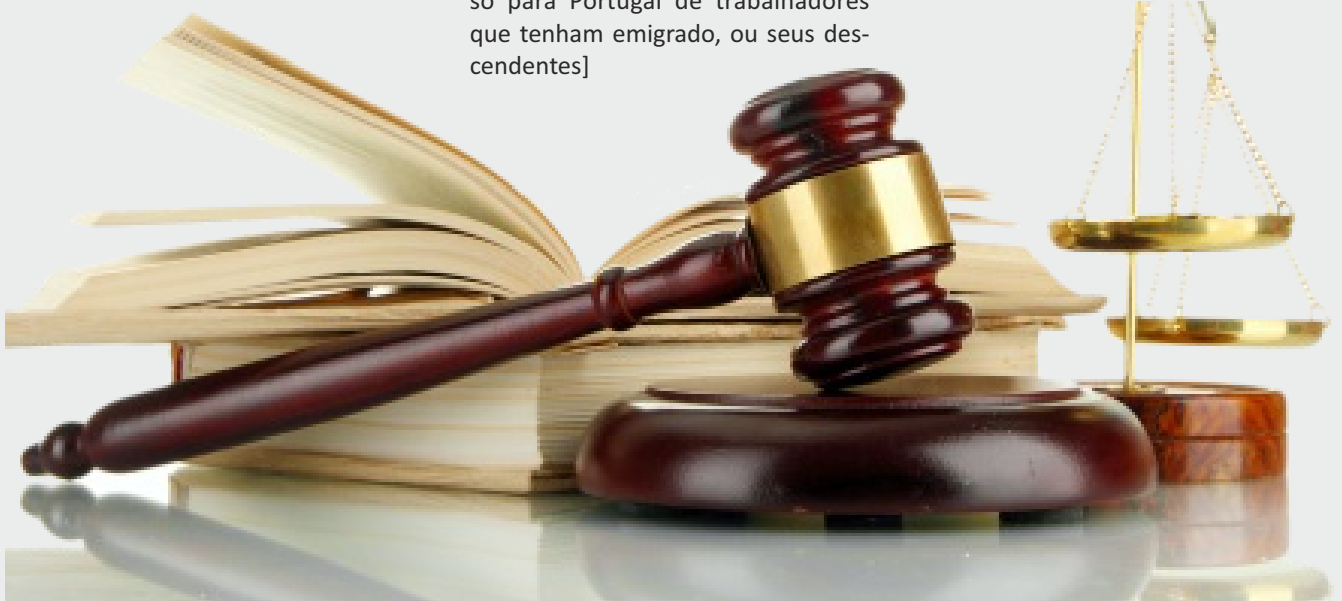
Educação, Saúde e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
Procede à primeira alteração da Portaria nº 113/2018, de 30 de abril, que estabelece as regras nacionais complementares da ajuda à distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e leite e produtos lácteos nos estabelecimentos de ensino.

[Despacho nº 3571/2019](#)
[DR nº 63/2019,](#)
[Série II de 2019-03-29](#)

Negócios Estrangeiros - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
Renovação, por um período de três anos, da comissão de serviço do Licenciado Carlos Manuel Pedrosa Melo de Oliveira, no cargo de adjunto de coordenação da estrutura de coordenação do ensino português no estrangeiro da Suíça.

[Despacho nº 3572/2019](#)
[DR nº 63/2019,](#)
[Série II de 2019-03-29](#)

Negócios Estrangeiros - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
Designação, em regime de substituição, do mestre Rui Emanuel Neves Fonseca Vaz, para exercer o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços da Língua.



CONCURSO NACIONAL

2018/2019



o 10^o Era uma vez...
De maio

REGULAMENTO DO CONCURSO

Tema: 1º Maio - Dia do Trabalhador

Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso encontra-se aberto a todos os alunos distribuídos pelos seguintes escalões:

1º escalão - Educação para a Infância (pintura e Colagem)

2º escalão - 1º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

3º escalão - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

4º escalão - Ensino Secundário (Pintura)

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola)

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões, serão de carácter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.



COLAR NO VERSO DO TRABALHO	
Nome do(s) autor(es) (individual / autores (co et vo))	
Escalão: 1 2 3 4	
Estabelecimento de ensino	
Morada: _____	
Telefone: _____	
Endereço correio eletrónico: _____	
A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso.	

PODE SER FOTOCOPIADO

Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 24 de abril (quarta-feira) de 2019.

Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para as sedes da FNE do Porto ou de Lisboa.

ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 26 de abril de 2019 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada modalidade, através da página www.fne.pt e facebook da FNE.

Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE - Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de maio de 2019, na cidade de Braga.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e facebook da FNE.

Sessão de Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2019.

Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os alunos/turma e os estabelecimentos de ensino terão direito a Diploma de Participação.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

1º Prémio - Tablet *

2º Prémio - Máquina fotográfica *

3º Prémio - Livros / Jogos didáticos *

Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

* os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor.



Vê o filme do 1º de maio
em tv.fne.pt

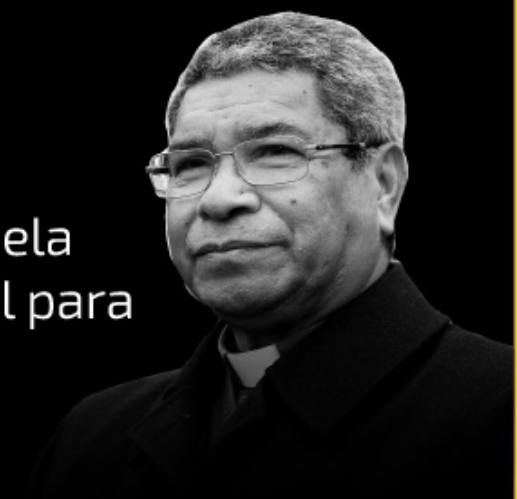
CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DO REINO DE KELICAI EM TIMOR-LESTE

A SUA AJUDA CONTA!

Perante a situação dramática no ensino em Timor-Leste, é urgente, e solicitamos encarecidamente, a ajuda dos professores e educadores portugueses para a reabilitação deste edifício escolar.

Recuperar fisicamente esta escola é o concretizar de um sonho do excelente Homem D. Carlos Ximenes Belo, e ver dela sair para a Nação Timorense e em geral para o mundo, jovens completos de valores humanos.

Foi nesta escola que D. Ximenes Belo estudou, aprendeu e brincou a par da sua actividade como guardador de búfalos. Será para ele, um orgulho ver e apreciar em vida a concretização deste projecto.



<https://kelicai.fne.pt/>





**Faça um donativo
e deixe a sua mensagem em:**

<https://kelicai.fne.pt/donativo>

A sua Ajuda Conta!

IBAN: PT50 0036 0073 99100070983 64

**“O Homem deixa de ser Homem,
no dia em que pensar que nada
pode fazer pelos outros.”**

Fernando Carvalho

A Escola do Reino de Kelicai

Edifício construído em 1932, sob a administração do administrador da Circunscrição Civil de Baucau, o Tenente Armando Pinto Correia, um português natural da Ilha da Madeira. Funcionou até 1942 aquando da invasão do território pelas tropas japonesas. Inicialmente esteve direcionado ao ensino primário, tendo como director o Sr. José Diaz Ximenes, um timorense natural de Laleia.



A Situação Atual da Escola

A partir de 2014, professores, alunos, e povoações compraram folhas de zinco e aproveitaram a Natureza para cortar bambu e folhas de palmeiras e de coqueiros para improvisar tetos, portas e janelas.



15:00H

DIA R

16 DE ABRIL 2019

RESPEITO
REPÚBLICA
RECUPERAÇÃO

DIA DO RESPEITO:
PELOS EDUCADORES E PROFESSORES
PELO ESTATUTO CARREIRA DOCENTE
PELO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO
PELO TRABALHO REALIZADO



GOVERNO FALHOU!

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NÃO PODE FALHAR

FNE - MARÇO 2019 PB



942

FICHA TÉCNICA
MARÇO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

